UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR LITORAL - PÓS-GRADUAÇÃO

ESPECIALIZAÇÃO EM QUESTÃO SOCIAL PELA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

CARMEM LUCIANE BATISTA FERNANDES

LAÇOS DE AFETOS: desafios, dores e anseios narrados por mães negras de adolescentes negros/negras da Rede de Mulheres Negras do Paraná

MATINHOS - PARANÁ

ABRIL / 2024

CARMEM LUCIANE BATISTA FERNANDES

LAÇOS DE AFETOS: desafios, dores e anseios narrados por mães negras de adolescentes negros/negras da Rede de Mulheres Negras do Paraná

Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar, da Universidade Federal do Paraná – UFPR Litoral.

Orientadora: Profa. Dra Giselle Avila Leal de Meirelles.
Co-orientadora: Profa. Dra. Cristiane Regina Zimermann

MATINHOS - PARANÁ

ABRIL / 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SEÇÃO DE GESTÃO DE ESPAÇOS, EVENTOS, MATERIAIS E SERVIÇOS TERCEIRIZADOS
Rua XV de Novembro, 1299, - Bairro Alto da XV, Curitiba/PR, CEP 80060-000
Telefone: - http://www.ufpr.br/

ATA DE REUNIÃO

ATA Nº30

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE ESPECIALIZAÇÃO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE ESPECIALISTA EM QUESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

No dia vinte e quatro de abril de dois mil e vinte e quatro às dezessete horas, na sala virtual , da plataforma digital Teams, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de monografia da discente **CARMEM LUCIANE BATISTA FERNANDES**, intitulada: **LAÇOS DE AFETOS: desafios, dores e anseios narrados por mães negras de adolescentes negros/negras da Rede de Mulheres Negras do Paraná**. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação QUESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: GISELLE ÁVILA LEAL DE MEIRELLES (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), CRISTIANE REGINA ZIMERMANN , VALDO JOSE CAVALLET (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO, com conceito APL (Aprendizagem Plena). Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de especialista está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, GISELLE ÁVILA LEAL DE MEIRELLES, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **GISELLE AVILA LEAL DE MEIRELLES**, **PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/06/2024, às 14:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **VALDO JOSE CAVALLET**, **PROFESSOR 3 GRAU**, em 15/06/2024, às 15:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

Documento assinado eletronicamente por **CRISTIANE REGINA ZIMERMANN**, **Usuário Externo**, em 15/06/2024, às 15:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida aqui informando o código verificador **6742850** e o código CRC **D447660B**.

Documento assinado eletronicamente por **CARMEM LUCIANE BATISTA FERNANDES**, **Usuário Externo**, em 15/06/2024, às 19:37, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida aqui informando o código verificador **6742858** e o código CRC **686794D9**.

LAÇOS DE AFETOS: desafios, dores e anseios narrados por mães negras de adolescentes negros/negras da Rede de Mulheres Negras do Paraná

Carmem Luciane Batista Fernandes[1]

RESUMO

Este estudo teve como objetivo dar voz, acolher os desafios, dores e anseios de mulheres e mães negras, a partir das suas vivências, com uma abordagem qualitativa. Utilizou-se o grupo focal como técnica de produção de dados e contou com a participação de seis mulheres negras, mães de adolescentes entre 13 a 17 anos da Rede de Mulheres Negras do Paraná. O material foi selecionado, transcrito e submetido a análise de conteúdo descritivo. A vivência das mulheres negras, em especial as mães de adolescentes negros/negras, é marcada por uma pluralidade e diversos desafios, dores e anseios que frequentemente são invisibilizados pela sociedade. Ao evidenciar / emergir / expor, suas experiências, suas dores e anseios, pretendemos lançar luz sobre as complexidades e obstáculos enfrentados por essas mulheres em uma sociedade marcada pelo racismo institucional, estrutural e afins.

Palavras-chaves: *racismo; maternidade da mulher negra; mães negras*;

ABSTRACT

The aim of this study was to give a voice to the challenges, pains and desires of black women and mothers, based on their experiences, with a qualitative approach. The focus group was used as a data production technique and included the participation of six black women, mothers of teenagers aged between 13 and 17 from the *Paraná Black Women's Network*. The material was selected, transcribed and subjected to descriptive content analysis. The experience of black women, especially mothers of black adolescents, is marked by a plurality and various challenges, pains and desires that are often made invisible by society. By highlighting / emerging / exposing their experiences, pains and desires, we aim to shed light on the complexities and obstacles faced by these women in a society marked by institutional, structural and similar racism.

Keywords: *racism; black women's motherhood; black mothers*

[1]Psicóloga, pós-graduanda do curso de “Especialização em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar” pela UFPR Litoral. E-mail: carmemluciane@ufpr.br
Orientadora: Profa. Dra Giselle Avila Leal de Meirelles. E-mail: gimeirelles@ufpr.br
Co-Orientadora: Cristiane Regina Zimermann. E-mail: crizreg@gmail.com

INTRODUÇÃO

> *Vamos passear no bosque, enquanto seu lobo*
> *não vem, mas para a mãe branca, não tem lobo,*
> *não vai vir nunca, e se vier, virá muito ameno,*
> *mas para nós, não. Nós estamos sempre com o*
> *lobo à espreita atrás de nós. Esse lobo se*
> *chama racismo, não tenho outra palavra. Então,*
> *racismo perpassa, assim, pelas nossas vidas e*
> *nos maltrata cruelmente. (Will Amaral, 2024).*

Essas palavras de Will Amaral ecoam a realidade brutal que as mulheres negras brasileiras enfrentam, especialmente quando seus filhos entram na adolescência. A metáfora do "lobo" nos confronta com a constante ameaça do racismo, que se manifesta de diversas formas, desde a invisibilidade das suas necessidades até a violência física e simbólica.

Ao analisar a realidade social da população negra no Brasil percebe-se que, ao longo dos tempos, o desafio das mulheres negras vem aumentando, expondo ainda mais as marcas deixadas por uma sociedade onde o tom de pele define e condena a população negra, em especial a mulher negra, que não lhes são proporcionadas estruturas dignas de vida e não bastasse todas as invisibilidades impostas pela sociedade, ainda se multiplicam as preocupações do cotidiano, sobretudo quando seus filhos entram na fase da adolescência.

Akotirene (2021, p. 66) explica que;

> Socialmente, a experiência de gênero racializada leva adolescentes a serem tratados como homens negros, com responsabilidades precoces de classe, que deram margens aos atos infracionais, às sentenças definidas e as discriminações que fluem em atenção às identidades interseccionais. (Akotirene, 2021, p. 66).

A realidade brasileira é influenciada, pelo racismo institucional, estrutural, presente em vários espaços: políticos, econômico, social entre outras camadas que estruturam uma sociedade, e por vezes, dá uma conotação de normalidade.

Ao se falar de desigualdade racial, o racismo estrutural repassa essa conjectura como se fosse algo normal, que valida e desenha a vida da pessoa negra, retirando direitos e privando-as de ter um desenvolvimento em todos os sentidos e necessidades que um indivíduo requer, para se ter uma vida com dignidade. A perversidade do racismo é produzida aos olhos da sociedade e com a passividade do Estado, que valida essas ações.

De forma imperceptível, o racismo estrutural institucional, existe, esta forma de racismo tende a ser ainda mais perigosa por ser de difícil percepção. Trata-se de um conjunto de práticas, hábitos, situações e falas embutido nas atitudes de uma sociedade preconceituosa, onde seus costumes, sua raiz estrutural promove, direta/ indiretamente, a segregação e preconceito racial.

Almeida (2019, p. 12) afirma, que o racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.

O cenário que delimitou a pesquisa foi a Rede de Mulheres Negras do Paraná (RMN/PR). Em um dos inúmeros encontros realizados pela RMN/PR foi constatado que o sofrimento psíquico de mães negras de adolescentes negros/negras é partilhado com outras mulheres e que esses sentimentos mereciam ser externalizados, para se tornar visíveis e trazidos à luz, a partir da escuta de suas histórias, suas inquietações quanto à maternidade de adolescente negros/negras.

A Rede de Mulheres Negras do Paraná (RMN/PR)[2], é uma organização sem fins lucrativos, fundada no dia 05 de fevereiro de 2006, por mulheres negras, vindas de diferentes espaços sociais, diferentes áreas de atuação e profissional onde já protagonizavam debates racial, gênero entre outros. Juntas elas perceberam que era necessário juntar forças e se articular para fortalecer suas ações individuais e torna-las força coletiva, e a Rede seria a forma mais adequada para que todos as esferas da sociedade pudessem ser alcançadas, nasce então a Rede de Mulheres Negras do Paraná. Atua em defesa dos direitos humanos e promoção da saúde e vida digna da pessoa negra, em especial a Mulher Negra.

[2] Disponível no site: https://rmnpr.org.br

A organização reúne mulheres, atua nas áreas da saúde, educação, cultura, geração de trabalho e renda, valorização da identidade de gênero e raça/etnia. Está articulada para promover ações conjuntas com outras organizações do movimento social estadual, regional e nacional.

As mães participantes do grupo expuseram o quanto é desafiadora a preocupação com esses corpos que foram gerados com amor, carinho e que nessa fase da adolescência transformam-se em insegurança ao lançar os filhos para a vida em sociedade, fase na qual não são mais vistas como crianças e acabam se tornando alvos de uma sociedade violenta, enraizada no preconceito e que mata corpos negros intencionalmente.

Conforme citado no Atlas da Violência (Cerqueira et al., 2023), além dos canais indiretos, por meio dos quais o racismo estrutural perpassa indica a maior taxa de letalidade para a população negra, o racismo mata, operando diretamente na letalidade contra negros, por meio de um processo atávico de desumanização, que imprime uma imagem estereotipada do negro como perigoso, como pobre e bandido, independente se aquele corpo enxergado pelo seu algoz é um corpo de uma criança ou de um adolescente.

Todo esse contexto é comprovado através de dados extraídos do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (IN: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023) onde se consegue realizar um mapeamento da violência, e identifica a mulheres negras vítimas de feminicídio, em maior número de porcentagem, onde demonstra a fragilidade da mulher negra. O Anuário também traz dados referentes a pessoas negras e adolescentes negros vítimas do preconceito.

Em 2023, a letalidade policial contra a população negra no Brasil permanece como uma ferida aberta na sociedade. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) revelam que, a cada dia, 17 pessoas negras são mortas por intervenção policial. Em números absolutos, foram 6.145 mortes em 2023, representando 65,7% do total de vítimas. A juventude negra é a mais impactada por essa violência: mais da metade das vítimas (52,4%) tinha 24 anos ou menos, e 74% tinham 29 anos ou menos. A brutalidade se manifesta principalmente em espaços públicos, onde 68,1% das mortes ocorreram, ou seja, são dados que corroboram para uma mãe negra não ter a tranquilidade de deixar seus filhos usufruírem de autonomia para seguir, sair e vivenciar a sua adolescência diante de momentos indescritíveis de preocupação e medo, são dados que demonstram o quanto o tom de pele está à frente

da violência e de morte praticada por uma sociedade.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), em Curitiba, entre os anos de (2015 e 2022), a letalidade policial contra jovens negros (15 a 29 anos) aumentou 127%, enquanto para jovens brancos a alta foi de 28%, segundo dados, da Policia do Paraná, (2023), 62% das pessoas mortas por intervenção policial no Paraná eram negras.

São inúmeros relatos de mães que vivenciam em suas vidas, esses dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, e noticiados pelos programas de TVs, em tempo lembramos do caso de Eduardo Felipe de 16 anos, trabalhador da reciclagem na comunidade Portelinha que fica no bairro Santa Quitéria, e foi morto com mais de 15 tiros durante operação policial em Curitiba (PR).

Para as mães negras, a angústia e o medo são constantes, quando seu filho adolescente sai de casa, a incerteza paira no ar, de seu retorno. Destacamos a violência policial contra jovens negros, pois entendemos não ser apenas um problema de segurança pública, mas sim um reflexo do racismo institucional e estrutural enraizado na sociedade brasileira.

Este estudo visa a intenção de oferecer um espaço de fala, escuta e conversa para que mães negras possam narrar suas histórias de vida, relatar sentimentos, angústias, dores e preocupações, que vivenciaram e vivenciam durante a maternidade de seus filhos adolescentes e ao longo trajeto de vida.

A pesquisa realizada emerge da necessidade de se compreender a difícil realidade enfrentada por mães de adolescentes negros/negras, evidenciada durante encontros promovidos pela Rede de Mulheres Negras do Paraná (RMN/PR). Nessas ocasiões, essas mulheres compartilharam suas vivências pessoais e sentimentos comuns, revelando a necessidade de trazer à luz suas histórias e inquietações quanto à maternidade nesse contexto específico.

Foram lançadas três (3) perguntas que iniciaram uma conversa com a intenção de identificar os desafios, dores e anseios das mulheres negras, mães de adolescentes negros/negras, participantes da Rede de Mulheres Negras do Paraná (RMN/PR). Com o objetivo de avaliar o racismo estrutural a partir das histórias de vida e debater sobre o significado da maternidade para as mulheres negras da RMN/PR no cenário brasileiro, através de narrativas vividas, experiências enquanto mulher negra e a maternidade, e como é ser mãe de adolescente negro/negra. A partir dos objetivos da pesquisa e após autorização das participantes, as respostas e debates

do grupo teriam seus áudios gravados, os quais posteriormente seriam transcritos e submetidos as análises e interpretações a partir da técnica de Análise de Conteúdo. Para Moraes (1994, p. 103):

> A análise de conteúdo constitui-se de um conjunto de técnicas e instrumentos empregados na fase de análise e interpretação de dados de uma pesquisa, aplicando-se, de modo especial, ao exame de documentos escritos, discursos, dados de comunicação e semelhantes, com a finalidade de uma leitura crítica e aprofundada levando à descrição e interpretação destes materiais, assim como a inferências sobre suas condições de produção e recepção (Moraes 1994, p. 103).

O objetivo dessa pesquisa consiste em gerar um debate crítico sobre a maternidade sob a ótica das narrativas de vida das mães negras, refletindo sobre os desafios enfrentados e as estratégias de enfrentamento desenvolvidas por elas. De acordo com Bardin (1977, p. 44) a análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça. A linguística é um estudo da língua, a análise de conteúdo é uma busca de outras realidades através das mensagens.

Ao dar voz a essas mães e suas experiências, esperamos contribuir para uma maior compreensão da interseção entre raça, maternidade e violência estrutural, além de promover ações que visem à transformação dessa realidade.

O problema investigado nesta pesquisa foi: *Como o impacto na vida materna das mulheres negras, mães de adolescentes negros/negras, é influenciado por suas experiências pessoais e pela interseção de fatores como racismo estrutural, discriminação e violência sistêmica?* Esse problema surgiu da necessidade de compreender os desafios específicos enfrentados por essas mulheres em sua jornada materna, considerando as complexidades adicionais impostas pelo contexto racial e social em que vivem.

Visa entender como proporcionar um espaço de voz, escuta e fala para essas mulheres, como poderiam fazer a diferença, contribuir para uma maior compreensão de suas narrativas de vida, suas lutas e suas estratégias de enfrentamento. Isso envolveu um debate sobre a maternidade sob a ótica das mulheres negras, destacando as questões de representatividade, justiça social e empoderamento materno.

Portanto, o problema central desta pesquisa foi explorar como as experiências das mulheres, mães negras de adolescentes negros/negras, moldam e são moldadas

pela maternidade, e como promover uma reflexão crítica sobre essas questões pode contribuir para uma maior conscientização e transformação das realidades enfrentadas por essas mulheres e suas famílias.

A metodologia adotada neste estudo é de natureza qualitativa, a partir da técnica de grupo focal (Gui, 2003) realizado com seis (06) mães negras de adolescentes entre 14 e 17 anos de idade, no mês de novembro de 2023, as 21h via plataforma *teams*, com as associadas da Rede de Mulheres Negras do Paraná (RMN/PR), o convite foi realizado para as mães de adolescentes, e ficou acordado que seria mantido o sigilo dos nomes das mesmas. Sendo adotados letras alfabéticas maiúsculas para a análise das respostas das participantes: “A”, ”B”, “C”, “D”, “E” e “F”.

O critério foi ser mãe de adolescente na atualidade e estarem dispostas a contar sobre suas histórias, mesmo que ao relatar os fatos fossem sofrer, chorar, mas quiseram dar voz a suas angústias. O número pequeno de mães foi necessário para que o objetivo do trabalho fosse alcançado, e que fosse realizado de forma cautelosa e amorosa com as entrevistadas, assim conseguindo dar a cada uma um tratamento especifico e acolhedor devido ao tema tão relevante, e causador de grandes dores emocionais.

Foi escolhido a Rede de Mulheres Negras RMN/PR, pois em uma das reuniões uma mãe relatou sua angústia e anseio de ter um filho adolescente em casa, e seus desafios, essa fala foi de encontro com as dores, angustias e percepções de outras mulheres, o que chamou a atenção para a necessidade de dar voz a essas mães. Esse projeto nasce da necessidade de contar a sociedade as dores, angústias e medos de mães negras de adolescentes é devassador e as impede de ter uma maternidade saudável.

A RMN/PR realiza reuniões a cada primeiro sábado do mês, onde ocorre discussões, propostas e conversas para identificar as necessidades atuais, demandas e juntas buscarem soluções. Os direitos da população negra são o foco dessas reuniões onde são discutidas as ações de enfrentamento para abranger toda essa população nos direitos, propondo a efetivação de leis e políticas públicas.

Em um desses encontros, mulheres mães de adolescentes negros/negras trouxeram um diálogo sobre suas angustias frente a maternidade na fase da adolescência, suas dores, preocupações e anseios o que deu origem a esse projeto, para dar a essas mães um lugar de fala.

A luta contra o racismo e a violência exige um compromisso com a justiça social

e a igualdade racial. É necessário implementar políticas públicas que combatam as desigualdades e promovam a inclusão da população negra em todos os âmbitos da sociedade.

Gomes (2018) aponta que o racismo é um macro causa que gera toda a violência que se volta contra essa juventude e que não tem sido discutida pelas políticas públicas e nem tem sido analisada com profundidade pelas ciências sociais e humanas, com destaque para o campo da educação. Essa é busca constante da RMN/PR, fazer ecoar, lutar para que as políticas públicas alcancem a população negra.

Para dar conta de identificar os desafios, dores e anseios das mulheres negras, mães de adolescentes negros/negras, participantes da Rede de Mulheres Negras do Paraná (RMN/PR), dividimos nosso artigo em três partes a primeira foi verificar o quanto o racismo estrutural influencia a vida das mulheres mães negras, buscou-se entre os laços de afeto identificar os principais desafios, dores e anseios. Em seguida analisamos a maternidade da mulher negra e seus filhos adolescentes negros e negras. Por fim trazemos a pesquisa aplicada a partir das histórias de vida para o debate sobre o significado da maternidade para as mulheres negras da RMN/PR e no cenário brasileiro.

1. RACISMO ESTRUTURAL E A INFLUÊNCIA NA VIDA DAS MULHERES MÃES NEGRAS

Compreender o quanto a questão de cor de pele interfere nas vidas de mulheres mães negras, é fundamental para compreender as dores que elas carregam no seu cotidiano.

Uma herança do sistema patriarcal que, segundo Aguiar (2000), é uma estratégia que consiste em uma política de população de um espaço territorial de grandes dimensões, com carência de povoadores e de mão-de-obra para gerar riquezas. É uma dominação da figura masculina sobrepondo a figura da mulher, dando origem ao racismo.

A questão de racismo, que é estrutural, envolve todas as camadas da sociedade e deriva de um sistema opressor, herança de um patriarcalismo social, uma herança

do sistema escravista, uma relação de poder que subjuga a mulher, onde se evidencia um desequilíbrio de poder, a violência contra mulheres, onde elas estão em um espaço de dependência no espaço familiar e acabam sendo subjugadas pelo homem, sendo ignoradas pelas instituições políticas, entre outras que poderiam estar assegurando os direitos das mulheres. Segundo Aguiar (2000, p. 305), esse diagnostico gera uma série de demandas normativas críticas, de correção das situações de arbítrio de poder dentro do espaço familiar e para além do mesmo. Por vezes, se deparamos com relatos da história de mulheres negras que tomavam chás abortivos por conta desse sistema patriarcado, onde eram estupradas para gerar filhos que seriam propriedades, gerando um desequilíbrio social e emocional.

Segundo Zamora (2012, p.565) o racismo consiste na ideia de que algumas raças são inferiores a outras, atribuindo desigualdades sociais, culturais, politicas, psicológica, à “raça” e, portanto, legitimando as diferenças sociais a partir de supostas diferenças biológicas.

O racismo estrutural vem caminhando de tempos em tempos, elencando vários espaços, como o político, o econômico e o social entre outras camadas que estruturam uma sociedade, e por vezes, dá uma conotação de normalidade, fazendo transparecer normalidade do cotidiano, ocultando a desigualdade racial.

A perversidade do racismo é produzida aos olhos da sociedade e com a permissão da legalidade do Estado, que valida essas ações.

Almeida (2019, p. 15) explica que o racismo é sempre estrutural, ou seja, que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade”.

Ser preto estará sempre presente! Não é uma condição que se pode modificar, em qualquer lugar, independentemente de sua posição social, a cor da pele chega primeiro, o racismo é uma relação de poder, de diminuir o outro até a máxima potência, é estar acima da pessoa negra, uma relação de dominação e poder.

Almeida (2019), esclarece que:

> A ênfase da análise estrutural do racismo não exclui os sujeitos racializados, mas os concebe como parte integrante e ativa de um sistema que, ao mesmo tempo que torna possíveis suas ações, é por eles criado e recriado a todo momento. O propósito desse olhar mais complexo é afastar análises superficiais ou reducionistas sobre a questão racial que, além de não contribuírem para o entendimento do problema, dificultam em muito o combate ao racismo. (Almeida, 2019, p. 34).

Desse modo, as relações de sentimentos, experiências ou vivencias estão presentes na vida de mulheres negras mães de adolescentes negros/negras, inclusive na maternidade onde se faz presente todas as formas de racismo possíveis. É notório o quanto as diferenças se materializam na vida das mulheres negras, preocupações que permeiam seus corações deixando de viver o prazer da maternidade. Almeida (2019, p. 33) relata que: o racismo é parte de um processo social que ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição.

A mulher negra é vista de forma pré-julgada, que vem de um estereotipo de cunho escravocrata de que as mesmas possuem maior capacidade de aguentar a dor, de serem reprodutoras, estando mais expostas a todo tipo de violência.

Silva (2021) reforça a fala acima que o racismo desequilibra o acesso concreto às oportunidades em todos os campos sociais, dificultando o desenvolvimento cidadão/ã do/a negro/a.

Esse comportamento ocorre de forma naturalizada, estruturada numa sociedade que ainda se encontra no tempo da escravidão, onde pessoas negras são vitimadas, humilhadas constantemente e devolvidas a elas a culpa por essa dor que lhes é causada, por uma sociedade que não se importa de fato com as dores causadas a população.

Conforme aponta Cerqueira (2023),

> Além dos canais indiretos, por meio dos quais o racismo estrutural opera para legar uma maior taxa de letalidade para a população negra, há o racismo que mata, operando diretamente na letalidade contra negros, por meio de um processo atávico de desumanização, que imprime uma imagem estereotipada do negro como perigoso, como pobre e bandido, (Cerqueira, 2023, p.56).

Kilomba (1968, p.77) aponta que o racismo é estrutural, estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes.

As leis caminham em direções opostas quando se refere a pessoa negra, desfavorecendo o crescimento social, político entre outros da população, tendo acesso diferenciado a educação, maior letalidade nas mãos de seus algozes, são negros, uma sociedade marcada por desigualdades.

Segundo Schwarcz (2001, p. 78), a cor se estabelece no dia-a-dia, quando se percebe a discriminação no trabalho, no lazer, na educação. Nos tantos embates humilhantes com a polícia, nas admoestações com as pequenas autoridades do cotidiano.

2. MATERNIDADE DA MULHER NEGRA E SEUS FILHOS ADOLESCENTES NEGROS E NEGRAS

O corpo da mulher negra é visto como uma fortaleza que suporta todas as dores, um corpo projetado para dores, essa ideia acompanha desde do tempo da escravidão, onde a mulher era vista como reprodutora de produtos para seus senhores, e pronta para o trabalho braçal, não existindo diferenças nas tarefas executadas, eram estupradas, ceifadas do direito de cuidar e amamentar seus filhos, essas dores permanecem até a atualidades sendo maquiadas por outras angustias.

Oliveira (2019, p. 13) esclarece que ao longo da história do Brasil, foram interiorizadas e naturalizadas práticas de um ideal racista segundo o qual o corpo negro está submetido ao sofrimento e a dor, tornando este corpo objeto do desprezo e do descaso quando se trata de cuidados. A cultura da população branca considera que mulheres negras são fortes, parideiras e corpos resistentes. A sociedade como um todo observa e reage dessa forma, quando uma mulher negra chora dificilmente se compadecem a dor dessa mulher, pois entendem que logo ela estará forte novamente.

Akotirene (2021, p. 66), aponta que “as experiências geracionais são diferenciadas pelo racismo, transformando negros em menores e brancos em adolescentes durante as sentenças das medidas socioeducativas pelos juizados, quando raça e gênero se cruzam”. Isto demonstra o quanto o tom de pele está à frente da violência e de morte praticada na sociedade em que vivemos, o que nos faz refletir sobre as desigualdades raciais enraizadas, estruturadas em nosso contexto social onde influencia e todos os gêneros.

A maternidade da mulher negra demonstra o quanto é sofrido desde sua gestação, onde diversas violências são cometidas para com essas mulheres. Isto é comprovado através de pesquisas, onde a mulher negra não tem o devido tratamento de saúde no momento em que mais se sente fragilizada, não tem anestesia o suficiente, acolhimento e empatia durante o pré-natal e parto.

Curi (2020) confirma em sua pesquisa, que falas pronunciadas pelas bocas daqueles que detêm o poder médico, mesmo aquilo que não tem qualquer base científica torna-se científico, justificando, assim, formas discriminatórias e violentas de assistir e intervir.

A saúde da mulher negra não causa muita relevância no meio das Rede Pública de Atendimento à Saúde, pois as políticas públicas não são voltadas para esse público e sempre é uma luta, inclusive da RMN/PR, estar brigando por leis que incluam essa população, fazendo valer seus direitos e criando leis para que a mulheres mães negras consigam atendimento clínico.

Segundo Domingues et al. (2013 p. 288), em relação à percepção do racismo sofrido, as mulheres negras reconhecem a diferença no tempo e na qualidade dos atendimentos recebidos em comparação com as mulheres brancas.

São vários os questionamentos que permeiam a saúde da mulher negra. A Marcha Nacional Zumbi dos Palmares abriu caminho para essa pauta na agenda da gestão pública, para debater o racismo e a vulnerabilidade da saúde da mulher negra. As dores das mulheres negras se diferenciam tanto nelas quanto na sociedade que as vê de longe, mas não compreendem.

Akotirene (2021, p. 22) é enfática quando diz que “enquanto as mulheres brancas têm medo de que seus filhos possam crescer e serem cooptados pelo patriarcado, as mulheres negras temem enterrar seus filhos vitimados pelas necropolíticas”.

Mesmo com a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), em 1990, o qual deveria ser um mecanismo de defesa para a criança/adolescente, a sociedade brasileira não tem voz ativa, força quando se fala de pele negra, a justiça faz distinção de cor, diferenciando o tratamento quando se trata de um adolescente negro/negra.

Considerando a complexa realidade das mulheres negras, especialmente as mães de filhos adolescentes, surgem preocupações com os impactos que a expectativa de "tornar-se adolescente negro/negra" causa durante a maternidade. Viver nesse contexto de insegurança, medo e preocupações, com tantos desafios enfrentados por essas mulheres, despertou o interesse em saber como está a saúde mental dessas mães, como elas vivenciam a experiência de ser mães de adolescentes negros/negras, as dores, angústias e os anseios, o quanto o racismo interfere na figura

materna da mulher negra que, por diversas vezes, é desmerecida, menosprezada e subjugada frente a sociedade.

Neste sentido, Almeida (2019, p. 43) aponta em seu discurso que:

> Mulheres negras são consideradas pouco capazes, porque existe todo um sistema econômico, político e jurídico que perpetua essa condição de subalternidade, mantendo-as com baixos salários, fora dos espaços de decisão, expostas a todo tipo de violência. (Almeida, 2019, p. 43)

São imensuráveis os questionamentos que surgem quando se trata desse tema, quando se fala da mulher negra, e seus desafios de vida. É extremamente importante compreender a maternidade e a saúde mental que ficam expostas quando vivenciam a fase da adolescência de seus filhos/filhas.

Diante deste contexto, entende-se que mesmo ainda com o corpo em formação, se desenvolvendo para a fase adulta, crianças e adolescentes negros e negras são vistos como adultos. As mães percebem que seus filhos, mesmo quando ainda são apenas adolescentes, corpos ainda em desenvolvimento, já são considerados adultos pela sociedade, pois o racismo adianta a fase de adulto. Esse movimento interfere na construção da identidade materna dessas mulheres, que não sentem segurança, paz e tranquilidade para usufruir dessa fase na vida delas.

Segundo Souza (1983, p. 6) a relação persecutória com o corpo expõe o sujeito a uma tensão mental cujo desfecho, como seria previsível, é a tentativa de eliminar o epicentro do conflito, a tentativa de embranquecer esse corpo para ser aceito pela sociedade e conseguir sair desse estado de alerta que é gerado constantemente por se ter um corpo negro, toma-se assim a consciência do racismo.

Esse é um dos fatores que ecoa em função de um racismo estrutural, onde elimina da mulher negra o prazer e a liberdade de dar a seus filhos a autonomia, independência.

De acordo com Souza (1983),

> É no momento mesmo em que o negro, reivindica sua condição de igualdade perante a sociedade que a imagem de seu corpo surge como um intruso, como um mal a ser sanado, diante de um pensamento que se emancipa e luta pela liberdade. (Souza, 1983, p. 7).

O desafio de criar filhos gerados com amor e carinho se tornou ainda mais complexo durante a adolescência, quando esses jovens são lançados a uma

sociedade, que muitas vezes os enxerga como alvos potenciais de violência enraizada no preconceito racial, resultando frequentemente em mortes intencionais de corpos negros.

Neste sentido, Gomes (2018) analisa que

> A nossa sociedade é capaz de produzir uma série de mecanismos que acobertam e garantem impunidade aos violentadores e aos agressores. E acusam os jovens negros, mesmo que eles não sejam culpados. A cor da pele, quanto mais escura, mais se torna uma marca que estigmatiza. A periferia e a favela como locais de moradia, são suficientes para que o extermínio seja decretado, (Gomes, 2018)

Essa realidade proporciona nas mães negras uma consequência emocional na sua trajetória materna, e diante desse cenário, nossa pesquisa buscou analisar o impacto dessa realidade na vida materna, proporcionando um espaço seguro de escuta e expressão para essas mulheres compartilharem suas histórias e experiências.

3. RESULTADOS DA PESQUISA A PARTIR DAS HISTÓRIAS DE VIDA

Em diversas falas das mães negras, percebe-se o quanto o racismo estrutural está presente no cotidiano delas e dos adolescentes, e por diversas vezes, tão inocentes, nem imaginam o quanto já estão sento julgados e condenados por uma sociedade cruel. É o medo que acompanha na criação de seus filhos.

Em uma das falas da participante “A”, ela relata que:

> “é que você está sempre preocupada, né? Como é que vai voltar? Que horas vai voltar? Como vai voltar?”
> é atenção toda hora, né? 24 horas, você está na atenção quando eles estão fora de casa, você está sempre pensando que vai acontecer, né? O que sistema pode fazer com meu filho, né? São todas essas questões difíceis”.

Nesse mundo de inseguranças e preocupações, fica difícil proporcionar aos filhos/filhas a liberdade, a autonomia que eles tanto precisam nessa fase da vida. Por vezes pensam que é só a mãe não dando autonomia, privando-os de ter liberdade, mas no fundo é medo, angustia e preocupações que movimentam o coração dessas mulheres. Fica intrínseco nas atitudes da sociedade, acobertados pela impunidade,

que garantem que casos de racismo aconteçam rotineiramente com pessoas negras, retirando a doçura de ser adolescente.

As palavras das participantes ecoam uma realidade cruel: a infância roubada de adolescentes negros no Brasil. A crença na ingenuidade da criança branca contrasta com a adultização precoce da criança negra, uma construção social enraizada no racismo estrutural. As políticas públicas falham em garantir a segurança dos jovens negros, expondo-os à violência e à marginalização. A sociedade os criminaliza, em vez de protegê-los, perpetuando um ciclo de exclusão e sofrimento. Percebida nas falas:

> “tirar a Inocência da criança e do adolescente prematuramente, porque se você vê, o tratamento que dá para uma criança de 15/16 anos ou até menos no caso, se for uma criança branca. Tem-se a sensação de que aquela criança ingênua, mas se for uma criança preta, você já não é mais a criança ingênua” (participante “B”).

> “eu acredito que é uma política que vem do próprio Estado, o próprio Sistema Racista que faz com que nossos filhos pretos não tenham segurança” (participante “A”).

> “o menino em si, ele ainda se torna mais perseguido pela sociedade, principalmente por quem deveria estar cuidando de nossos filhos que estão lá a rua. Eles são mais perseguidos, ficam vulneráveis” (participante “C”).

Segundo Gomes (2018), o sistema acusa os jovens negros, mesmo que eles não sejam culpados. A cor da pele, quanto mais escura, mais se torna uma marca que estigmatiza. Essa realidade cruel repercute uma profunda tristeza que percebemos nas palavras abaixo de uma mãe de um filho jovem negro:

> “A gente, mãe de um de um filho preto, nunca vai saber quando se esse filho vai voltar.
> E se voltar, como ele vai voltar. Então é muito difícil para gente” (participante “A”).

Em uma das falas, uma entrevistada nos revela o quanto o adolescente negro é perseguido, e essa perseguição só cessa quando a vida é ceifada.

> “a perseguição só terminou quando mataram ele, há 02 anos e meio atrás, é uma coisa que eu sofro na pele, eu tenho uma experiência própria na pele, menino é mais perseguido” (participante “C”).

A dor da perda, entender que essa perseguição se dá por conta da pele, é mais uma condicionante para o aumento dessa dor. No artigo de (Silva, 2023 p.2) que os corpos negros e sujeitos racializados são infligidas as mais diversas formas de violência, a partir da negação da sua condição de humanidade, já que o modelo universal é a do homem branco.

Segundo Araújo (2022. Pág. 133), nos diz, que entende que essa violência é banalizada pelos veículos de mídia e pelo senso comum, de modo que mortes de jovens negros nas favelas e, em outras áreas dominadas pela violência armada, provocam pouca ou nenhuma comoção social, nem mesmo estranheza. Essa insegurança faz se presente e parte da rotina dessas mães. Como na fala da participante “F”:

> “e agora ele vai de Uber e volta de Uber ou volta com a professora dele que mora aqui em São José. Mas assim o coração da gente fica muito apertado” (participante “F”).

Em outra fala, encontramos o quanto a cor da pele é decisiva para as mães negras deixarem os filhos seguirem seus caminhos. Onde a participante “D” descreve a dura realidade das mães negras que, em um sistema marcado pelo racismo precisam tomar decisões drásticas sobre a liberdade de seus filhos para garantir sua segurança.

> “sou bem cuidadosa no sentido do bem-estar dela, então também eu tenho que estar indo buscar, levar e tudo mais, é sempre bom saber” (participante “D”).

Sua experiência evidencia a interseccionalidade entre raça e gênero, demonstrando como a opressão racial molda as experiências de mães negras na luta por autonomia e segurança para seus filhos

A situação de maior vulnerabilidade dos adolescentes negros/negras, não está ocorrendo pelo fato da vulnerabilidade social, se deve claramente ao fator raça, tom de pele e quanto mais retinto for, mais estará ao alcance da violência.

De acordo com (Gomes 2018 p.6) “ser negro é um determinante para que a violência incida com mais força sobre essa parcela da população”.

E, uma das entrevistadas relata que seu filho

> “ele é negro. Ele é retinto, bem negão mesmo, sabe? Tem 16 anos, cresceu muito, graças a Deus tá enorme” (participante “C”).

Nesta fala, a preocupação da mãe de um adolescente que teme o julgamento da sociedade pelo fato de seu filho ser mais preto, mais retinto é enxergado de longe, sendo alvo do preconceito, e da condenação sem ter a chance de se defender.

Segundo Gomes (2018 p.13), o racismo não é uma mera consequência da violência que assola a juventude negra brasileira. Ele também não é um epifenômeno da questão de classe social ou somente uma questão do Estado. O racismo é violento e produz violência.

A participante “D” confirma a fala acima quando relata que:

> “acho que o medo, a insegurança faz parte da nossa rotina do dia a dia, né? Se está na escola, a gente está. Está preocupado porque está na escola, a gente só eu mesmo, da minha parte, eu só fico tranquila quando eu sei que estou em casa”.

Em outra narrativa se constata o quanto os corpos negros de adolescentes são vistos como adulto, essa conduta se presta também nos aspetos das instituições públicas e privadas.

Oliveira (2019 p.13) relata que “ao longo da história do Brasil, foram interiorizadas e naturalizadas práticas de um ideal racista segundo o qual o corpo negro está submetido ao sofrimento e a dor, tornando este corpo objeto do desprezo e do descaso quando se trata de cuidados”.

Esse movimento leva o indivíduo negro a querer, desejar e projetar uma identificação com o corpo branco, levando a negação de sua história étnica e pessoal, gerando traumas tanto emocional quanto corporal.

Kilomba (2019, p. 37) aponta que no mundo conceitual branco, o sujeito negro é identificado como objeto ‘ruim”, incorporando os aspectos da sociedade branca reprimido e transformado em tabu, isto é, agressividade e sexualidade.

Em outro relato, percebe-se o quanto os jovens negros são vistos como corpos que presumem a violência, o descaso, a construção de um corpo inapropriado, que não deveria estar ali, que está fora do lugar, o que acaba promovendo a insegurança social para as mães.

> “é todo momento, todo momento é.

> Eu me sinto é insegura porque o mundo hoje está tão assim, está tão violento que eu creio que mãe nenhuma sente segura. Com um, principalmente uma filha" (participante "E").

Gomes (2018) destaca que no imaginário sócio racial, aos portadores desses sinais soma-se tudo de negativo que a violência racista construiu no contexto das relações de poder, na luta de classes, na desigualdade de gênero e sexual.

Mãe de um jovem negro, expressa essa dor com palavras carregadas de emoção:

> "Nessa idade, ele foi numa festa, eu moro na Vila água e ele foi uma festa lá no Fazendinha. E daí? Quando foi 3 horas da madrugada e ele
> com 3 amigos pretos também. É, ligou para mim, mãe vem me buscar.
> Eu estou aqui no caminho, indo pra casa, mas está muito longe.
> E daí se pega um táxi, pega um táxi que a hora que chegar aqui na frente, eu pago o táxi, ele, se não, mãe. A gente já tentou pegar 2 táxis, eles não param. Você acha que eles vão parar para 4 menino pretos? " (Participante " A")

Essas palavras refletem a realidade cruel de milhares de mulheres negras no Brasil. A cada dia, elas enfrentam o medo de perder seus filhos para a violência, a injustiça e a brutalidade do racismo. Sua força e sua resiliência são a inspiração para a luta por um futuro mais justo e igualitário para todos. São situações que fazem parte do cotidiano do adolescente onde é questionado a todo tempo, gerando preocupações, medos e angustias às mães negras.

Gomes (2018) ressalta que enquanto a mãe branca de classe média diz ao seu filho para levar o agasalho quando este sai no sábado à noite, nós, mulheres e mães negras, dizemos aos nossos filhos: cuidado com a polícia, se for parado não responda com grosseria, leve os documentos sempre, não ande sozinho. Mas também não estão seguros em grupos de amigos, parece até que expande o perigo para esses adolescentes.

O racismo ainda faz distinção de gênero, e pune cruelmente as meninas que acabam sendo vistas também, com mulheres sexualizadas.

De acordo com Luiz (2021, p.3)

> Meninas têm seus sonhos interrompidos pelo simples fato de serem meninas, meninos pretos têm os seus sonhos interrompidos pelo simples fato de terem a pele escura, e por isso são constantemente enquadrados no estereótipo de sujeitos perigosos e/ou criminosos. E as meninas pretas têm seus sonhos

> interrompidos por carregarem o duplo estereótipo da sexualização e da servidão, (Luiz, 2021, p.3).

A fala da participante “B” comprova a realidade cruel descrita por Luiz (2021), evidenciando como o medo da violência e da discriminação racial impacta a vida de mulheres negras.

> “então eu já faço isso com antecedência. Já contrato alguém da minha confiança para ela, poderia viver. Não tenho confiança em deixar ela sozinha com Uber, é isso?”

Quando se trata de uma adolescente negra, o tratamento é diferenciado, pois uma das entrevistadas relata que a sua filha adolescente é vista como mulher, em um contexto muito além da realidade da menina. Uma visão de contexto sexual, e sempre tem que estar informando que se trata apenas de uma adolescente, meninas pretas são vistas como objeto sexual.

Esse olhar frente ao corpo da figura feminina, independe da idade, é uma violência sexual, onde desumaniza a estrutura a figura da mulher negra, e que vem desde os tempos da escravidão. A experiência dessa mãe revela como a hipersexualização da mulher negra que a torna alvo constante de assédio e violência. Esse processo de sexualização precoce, muitas vezes iniciado na infância, rouba a infância das meninas negras e as coloca em uma posição de vulnerabilidade ainda maior.

> “não muito tempo depois, mas depois que passou essa situação que eu vim a perceber o que ela queria, o que ela já não entendendo com isso que é a minha filha, já era sexualizadas” (participante B).

Segundo Souza (1983, p. 31) a superpotência sexual é mais um dos estereótipos que se atribui ao negro, a supremacia do biológico e, como os da resistência física e “sensibilidade privilegiada”. São ideologias que reafirmam a representação de animalidade ao negro, em oposição a sua condição histórica, à sua humanidade.

A fala da mãe expressa dor e indignação contra a violência sexual e racial que sua filha enfrenta. É um chamado à ação para que combatamos o racismo estrutural e o sexismo que perpetuam essa realidade cruel.

> “Aí já entra a questão da raça, né? E é isso, e aí, então essa, essa e o que, como que os outros a ver. Ele sempre está é fazendo comentários de uma forma que não eu não fico confortável, porque eu sempre tenho que falar para ele, mas ela só tem 13 anos” (participante B)

Para Gomes (2018, p.13), existe uma violência que incide sobre determinados sujeitos, portadores de sinais diacríticos específicos, frutos de uma ancestralidade negra e africana.

Ao comparar os atributos físicos entre brancos e negros, sempre prevalece a ideia estética etnocêntrica de que os negros são inferiores a eles (brancos), dando ao corpo negro uma visão pejorativa, de condição de subalternos.

Conforme Zamora (2012, p.567) a relação com o próprio corpo então passa a ser de vigilância, no sentido de mascarar as características “diferentes” do modelo dominante e, portanto, indesejáveis.

Vale observar que, muitas vezes, são jovens que disfarçam seus estereótipos alisando o cabelo, afinando o nariz, tentando se embranquecer, extinguindo sua própria natureza e maquiando sua identidade. A fala da participante “E”, carregada de dor e constrangimento, revela a crueldade dessa imposição.

> “Então é uma coisa assim que causa muito constrangimento pra mim e para ela também, porque quando alguém pergunta, o que ela é sua, ela adianta e fala, ela é minha mãe. Por causa da minha cor e a cor dela, é isso aí” (participante E).

Morais (2022, p. 6) destaca que a cor da pele influência nos processos de ser e viver enquanto mulheres. Visto que, perdem-se os filhos, perde-se a vida, perde-se a possibilidade de maternar e, assim, mulheres negras perdem a possibilidade de existir, pois o racismo atrelado ao gênero vem antes de quaisquer opressões.

O racimo estrutural tenta adentrar nas relações maternais, nos vínculos biológicos e de maneira cruel, vai se alastrando para o externo, onde a mãe tem que justificar a maternidade biológica de seu próprio filho/filha. É a todo momento que a sociedade as identifica de tom de pele diferente.

Araújo (2022) relata que esse medo parece pairar de forma constante sobre mães negras em sociedades racistas, gerando um estado de alerta que produz um cuidado recortado pelo medo da tragédia, da morte iminente. Esse é um medo fundamentado na realidade, parte do olhar sobre si e sobre o seu entorno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os laços de afeto entre mães e filhos negros transcendem a mera relação familiar. Mães negras, ao longo da história, enfrentaram e continuam a enfrentar desafios sociais, econômicos e raciais. Apesar das adversidades, elas criam seus filhos com força, amor e determinação, transmitindo valores importantes como a resiliência, a ancestralidade e a luta por um futuro mais justo, representando um símbolo de resistência, amor incondicional e a celebração da herança cultural afro-brasileira.

Esta pesquisa demonstrou o quanto a maternidade de mães negras, depende de estruturação no contexto social, pois o meio em que estão inseridas, a todo momento, gera um estado de alerta e preocupação com seus filhos.

O racismo estrutural atua de forma escancarada, dentro de uma sociedade que se cala frente as dores da mulher mãe negra, impondo o seu silenciamento. Este estudo almeja se tornar um projeto que se abra um diálogo frente as dores, das mães negras. E que através desse dialogo possam ser construídas políticas públicas que garantam os direitos para que essas mulheres e mães negras tenham voz e direitos. Que elas tenham voz e não sejam a “Voz de seus filhos”. Que tenham uma maternidade tranquila, e que suas preocupações sejam diferentes das suas realidades vividas até o momento.

O racismo institucional, ocorre no interior das instituições públicas e privadas de diferentes setores, ainda é um termo relativamente novo e desconhecido para boa parte da sociedade, mas impacta diretamente milhões de brasileiros.

Hoje, com analise das entrevistas, o que mais ressalta para a mãe negra é a insegurança, medo, preocupação. E, não sentir segurança em deixar seus filhos/filhas seguirem suas vidas com autonomia, acaba com a esperança, destrói a mulher por dentro, vai enfraquecendo a saúde mental, espiritual, vai adoecendo aos poucos. Essa dor é gerada por um sistema omisso, que descredibiliza a justiça, e as deixam vítimas de algo que pode acontecer, elas sofrem pela realidade que os tons de pele de seus filhos/filhas possuem, e que chega muito antes delas para os proteger de uma sociedade que os machuca.

Abrir para o diálogo é o que alguns movimentos vêm realizando, a RMN/PR está sempre envolvida para atenuar, agir em ações que promovam a Saúde da Mulher Negra. Esse dialogo racial precisa estar em todas as esferas da sociedade para que

se consiga combater o racismo. Ao reconhecer as dores e os desafios das mães negras, podemos mobilizar a sociedade para construir um futuro mais justo e igualitário. Ainda existem desafios a serem superados. O racismo estrutural e a discriminação racial continuam a impactar negativamente a vida das famílias negras, dificultando o acesso à educação, saúde e outras oportunidades.

Os laços de afeto entre mães e filhos negros representam a força, a beleza e a resiliência da comunidade afro-brasileira. Celebrar esses laços é fundamental para construir uma sociedade mais justa e igualitária para todos. O diálogo racial, a construção de políticas públicas eficazes e a luta contra o racismo estrutural e institucional são passos essenciais para alcançar esse objetivo.

REFERENCIAS

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. Sociedade e Estado [online]. 2000, v. 15, n. 2 [Acesso: 30 março 2024], pp. 303-330. Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brazil Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-69922000000200006. Epub 09 Set 2011 Acesso: 3 Abr. 2024

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf. Acesso: 10 abr. 2024.

Amaral, Will. (2024). Citação sobre racismo e mães negras. Manuscrito não publicado. Recuperado em 12 de abril de 2024. Participante da Rede de Mulheres Negras do Paraná.

ARAÚJO, Verônica Souza de, Souza, Edinilsa Ramos de e Silva, Vera Lucia Marques da “Eles vão certeiros nos nossos filhos”: adoecimentos e resistências de mães de vítimas de ação policial no Rio de Janeiro, Brasil. Ciência & Saúde Coletiva [online]. v. 27, n. 04, pp. 1327-1336. Artigo - Ciênc. Saúde coletiva 27 (04) 22 Abr 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232022274.06912021. Acesso: 30 Mar. 2024

ALMEIDA, Silvio Luiz de Racismo estrutural / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo: Racismo estrutural / Silvio Luiz de Almeida. -- São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro) ISBN: 978-85-98349-74-9 1. Racismo 2. Racismo - História 3. Racismo - Teoria, etc. I. Título II. Ribeiro, Djamila III. Série 19-00703 CDD 305.8

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade (Feminismos Plurais) – São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaira, 2021.

BARDIN, L. (1977). Análise de conteúdo. Lisboa edições, 70, 225.

ATLAS DA VIOLÊNCIA. 2023 / coordenadores: Daniel Cerqueira; Samira Bueno – Brasília: Ipea; FBSP, 2023.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). Atlas da violência 2023. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. Disponível em: DOI: https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023 Acesso: 06 abr.2024.

CURI, Paula Land; RIBEIRO, Mariana Thomaz de Aquino; MARRA, Camilla Bonelli. A violência obstétrica praticada contra mulheres negras no SUS. Arq. bras. psicol., Rio de Janeiro, v. 72, n. spe, p. 156-169, 2020 . Disponível em http://pepsic. bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672020000300012&lng =pt& nrm=iso. Acesso: 06 abr.2024.

DOMINGUES, Patrícia Mallú Lima et al. Discriminação racial no cuidado em saúde reprodutiva na percepção de mulheres. Texto & Contexto-Enfermagem, v. 22, p. 285-292,Florianópolis, 2013.

GOMES, Nilma Lino e LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia Da Crueldade: Racismo E Extermínio Da Juventude Negra. Educação em Revista [online]. 2018, v. 34, e197406. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-4698197406. Acesso: 29 mar. 2024

GUI, Roque Tadeu. Grupo focal em pesquisa qualitativa aplicada: intersubjetividade e construção de sentido. Rev. Psicol., Organ. Trab., Florianópolis, v. 3, n. 1, p. 135-159, jun. 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php? script =sci _arttext&pid=S1984-66572003000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 27 jan. 2024.

KILOMBA, Grada. 2019. Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó.

LUIZ, Viviane Marinho. Literatura negra feminista: uma proposta do enfrentamento ao sexismo e do racismo epistemológico desde a infância (2021, p.3). Disponível em: https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/Artigos/literatura-negra-feminista.pdf. Acesso: 10 de abr. 2024

MINAYO, Cecilia de Souza (org) Pesquisa Social – Teoria, método e criatividade 21º Edição Editora Vozes Petrópolis 2002

MORAIS, Camila de Freitas; RIBEIRO, Cristine Jaques; AVILA, Carla Silva - Mulher Preta: A Dor Que Transcende O Corpoanátomo - Em Favor De Igualdade Racial, Rio Branco – Acre, v. 5, n.2, p. 03-14, mai-ago. 2022.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAES, R. A Análise de Conteúdo: possibilidades e limites. In: ENGERS, M. E. A. (Org.). Paradigmas e metodologias de pesquisa em ação: notas para reflexão. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 1994. p. 103-111.

OLIVEIRA, Guilherme Saramago (Org.) – Uberlândia, MG: FUCAMP, 2022. 109p.: il. Metodologias, Técnicas e Estratégias de Pesquisa: estudos introdutórios. 1. Ciência - Metodologia. 2. Metodologia - Estudo e ensino. 3. Pesquisa - Estudo e ensino. 4. Pesquisa - Metodologia. 5. Técnica - Estudo e ensino. I.

REDE DE MULHERES NEGRAS DO PARANÁ - RMN-PR. Disponível em: https://rmnpr.org.br/

SILVA, Maria Edna Bezerra. Violência e vulnerabilização: o cotidiano de jovens negros e negras em periferias de duas capitais brasileiras. https://orcid.org/0000-0001-6343-5704

SILVA, H. C. B. da., & Lima, T. C. S. de. (2021). Racismo institucional: violação do direito à saúde e demanda ao Serviço Social. *Revista Katálysis*, *24*(2), 331–341. https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77586. Acesso: 29 mar. 2024

SCHWARCZ, Lilia Moritz –Racismo no Brasil /São Paulo Publifolha, 2001.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social/ Neusa Santos Souza - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983 Coleção Tendencias; v.4.

OLIVEIRA, Tamiz Lima. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Mulheres negras e maternidade. Um olhar sobre o ciclo gravídicopuerperal ISSN 2525-6904 Vol 05, N. 04 - Out. - Dez., 2019. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/cadgendiv . Acesso: 29 mar. 2024

ZAMORA, M. H. R. N. (2012). Desigualdade racial, racismo seus efeitos. Fractal: Revista de psicologia, 24(3), 563-578. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1984-02922012000300009. Acesso: 29 mar. 2024